



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria
Superintendência de Legislação.

LEI Nº 13.609, DE 19 DE ABRIL DE 2000.
- Revogada pela Lei nº 14.564, de 20-10-2003, art. 11º.

~~Dispõe sobre a redistribuição da quota estadual do Salário-Educação entre o Estado e os municípios.~~

~~A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu sanciono a seguinte lei:-~~

~~Art. 1º. A quota estadual do Salário-Educação, de que trata o art. 2º da Lei federal nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, será redistribuída entre as redes estadual e municipal de ensino, conforme os seguintes critérios:
-Redação dada pela Lei nº 14.279, de 01-10-2002.~~

~~I—47% (quarenta e sete por cento) dos recursos serão repartidos proporcionalmente ao número de alunos matriculados no Ensino Fundamental na rede estadual, consoante o resultado do censo educacional realizado pelo Ministério da Educação—MEC;
-Redação dada pela Lei nº 14.279, de 01-10-2002.~~

~~II—37% (trinta e sete por cento) dos recursos serão distribuídos aos Municípios, proporcionalmente ao número de alunos transportados da zona rural, apurados anualmente pela Secretaria de Estado da Educação;
-Redação dada pela Lei nº 14.279, de 01-10-2002.~~

~~III—16% (dezesseis por cento) dos recursos serão distribuídos aos Municípios, proporcionalmente ao número de alunos matriculados no Ensino Fundamental da rede municipal apurado pelo censo educacional realizado pelo Ministério da Educação—MEC.
-Redação dada pela Lei nº 14.279, de 01-10-2002.~~

~~Art. 1º—A quota estadual do Salário-Educação, de que trata o art. 2º da Lei federal nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, será redistribuída entre as redes estadual e municipal de ensino, conforme os seguintes critérios:~~

~~I—60% (sessenta por cento) dos recursos serão repartidos proporcionalmente ao número de alunos matriculados no ensino fundamental nas redes estadual e municipal, conforme apurado pelo censo educacional realizado pelo MEC;~~

~~II—30% (trinta por cento) dos recursos serão repassados aos municípios, proporcionalmente ao número de alunos transportados, apurado anualmente pela Secretaria da Educação;~~

~~III—10% (dez por cento) dos recursos serão repartidos proporcionalmente ao número de alunos matriculados no ensino fundamental na rede estadual, conforme apurado pelo censo educacional realizado pelo MEC.~~

~~Parágrafo único—Os recursos do Salário-Educação redistribuídos aos municípios podem ser aplicados na educação especial, desde que vinculada ao ensino fundamental público.~~

~~Art. 2º. Para habilitar-se ao recebimento das parcelas do Salário-Educação, o Município deverá comprovar, junto à Secretaria de Estado da Educação:
-Redação dada pela Lei nº 14.279, de 01-10-2002.~~

~~I— a aprovação, através de certidão do Tribunal de Contas dos Municípios, do Plano de Aplicação e Relatório de Fisco Financeiro dos recursos recebidos do Salário-Educação, relativos ao ano anterior;
-Redação dada pela Lei nº 14.279, de 01-10-2002.~~

~~II—o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal;
-Redação dada pela Lei nº 14.279, de 01-10-2002.~~

~~III— a implantação do Conselho Municipal de Acompanhamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.
-Redação dada pela Lei nº 14.279, de 01-10-2002.~~

~~§ 1º. O não cumprimento dos requisitos contidos neste artigo implicará suspensão do repasse dos recursos do Salário-Educação destinados ao Município.
-Redação dada pela Lei nº 14.279, de 01-10-2002.~~

~~§ 2º. No primeiro quadrimestre de cada exercício será aceita declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal de que o requisito estabelecido no inciso II deste artigo está sendo cumprido corretamente.
-Redação dada pela Lei nº 14.279, de 01-10-2002.~~

~~Art. 2º—Para habilitar-se ao recebimento das parcelas do Salário-Educação, o município deverá comprovar, junto à Secretaria de Estado da Educação:~~

~~I— aprovação, pelo Conselho Municipal de Educação, através de parecer circunstanciado, de Plano de Aplicação e Relatório Físico Financeiro relativo ao ano anterior;~~

~~II—o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal;~~

~~III—a existência e regular funcionamento de plano de carreira e do Conselho Municipal de Educação, criados por lei;~~

~~IV—a existência de plano municipal de educação, de duração plurianual, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação;~~

~~V—a implantação do Conselho Municipal de Acompanhamento do FUNDEF.~~

~~Parágrafo único—O não cumprimento das disposições contidas neste artigo implicará a suspensão do repasse dos recursos destinados ao município.~~

~~Art. 3º—Os recursos da quota estadual do Salário-Educação transferidos aos municípios, resultantes dos incisos I e II do art. 1º serão aplicados prioritariamente em programas, projetos e ações do ensino fundamental, podendo ser utilizados para a manutenção da estrutura administrativa, reformas, ampliações e construções de unidades escolares e, ainda, para o programa de transporte escolar, vedado o seu uso para pagamento de pessoal.—~~

~~—Redação dada pela Lei Nº 13.872, de 19-7-2001.~~

~~Art. 3º—Os recursos da quota estadual do Salário-Educação transferidos aos municípios, resultantes dos incisos I e II do art. 1º, serão aplicados em programas, projetos e ações do ensino fundamental, com prioridade para o programa de transporte escolar, vedado o seu uso para pagamento de pessoal.~~

~~Art. 4º—As parcelas destinadas aos municípios serão creditadas mensal e automaticamente em contas específicas em favor dos municípios, na medida em que os recursos forem transferidos pela União.~~

~~Art. 5º—Os recursos da quota estadual do Salário-Educação previstos para os municípios integrarão os orçamentos municipais.~~

~~Parágrafo único—As receitas e despesas referentes ao Salário-Educação serão analisadas no Relatório de Balanço Anual do Estado e dos municípios, com quadros demonstrativos específicos, indicando saldo de exercícios anteriores, ingressos e aplicações, bem como resultados finais de suas prováveis e futuras destinações.~~

~~Art. 6º—As disponibilidades financeiras dos recursos do Salário-Educação deverão ser aplicadas em instituição financeira oficial.~~

~~Parágrafo único—As receitas obtidas por meio das aplicações financeiras serão destinadas exclusivamente ao ensino fundamental regular.~~

~~Art. 7º—A utilização indevida do recurso do Salário-Educação implicará a suspensão dos repasses, sem prejuízo das demais cominações legais.~~

~~Parágrafo único—Para habilitar-se novamente ao repasse do recurso do Salário-Educação, o município deverá comprovar junto à Secretaria de Estado da Educação a restituição do valor utilizado indevidamente, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais.~~

~~Art. 8º—Os recursos não repassados aos municípios, por força do que dispõem o parágrafo único do art. 2º e o artigo anterior, serão redistribuídos conforme o critério estabelecido nesta lei.~~

~~Art. 9º—À Secretaria de Estado da Educação compete:~~

~~I—divulgar, anualmente, a estimativa dos valores a serem repassados aos municípios como base para a elaboração do orçamento municipal;~~

~~II—publicar, semestralmente, os valores do repasse destinado a cada município.—~~
~~—Redação dada pela Lei nº 14.279, de 01-10-2002.~~

~~II—publicar, bimestralmente, os valores do repasse destinado a cada município;~~

~~III—comunicar aos municípios inadimplentes e aos respectivos Conselhos Municipais de Educação a cessação dos repasses de recursos, quando for o caso, e enviar relação destes à Assembléia Legislativa para conhecimento.~~

~~Art. 10—No primeiro ano de execução desta lei, os municípios estarão dispensados de comprovar os requisitos referentes aos incisos I, III e IV do art. 2º.~~
~~—Revogado pela a Lei nº 14.279, de 01-10-2002.~~

~~Art. 11—Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo, porém, seus efeitos a 1º de janeiro de 2000, revogadas as disposições em contrário.~~

~~PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 19 de abril de 2.000, 112º da República.~~

~~MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR
Floriane Gomes da Silva Filho
Raquel Figueiredo Alossandri Teixeira—~~

~~(D.O. de 26-04-2000)~~

~~Este texto não substitui o publicado no D.O. de 26.04.2002.~~

Órgãos Relacionados	Assembleia Legislativa do Estado de Goiás - ALEGO Poder Executivo Poder Legislativo Secretaria de Estado da Educação - SEDUC Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás - TCM
Categoria	Educação